

Estados só querem pagar 10% da dívida

JORNAL DO BRASIL

14 OUT 1988

Dez/88

Brasília/Gilberto Alves

BRASÍLIA — O Governo federal sentiu, ontem, o peso político dos governadores. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento querem refinanciar até 75% do endividamento externo dos estados, mas 17 governadores entregaram um documento ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, reivindicando a *rolagem* de 90%, com as operações por conta e risco do Banco do Brasil. O deputado Ulysses disse aos governadores, em sua casa, à noite, que prefere a tramitação da proposta através do Senado, para evitar um eventual, veto do presidente José Sarney (o que poderá ocorrer se a matéria for discutida na Câmara).

De acordo com a minuta entregue pelo governador Newton Cardoso, em nome de seus colegas, o BB também promoverá o refinanciamento dos débitos do principal e encargos dos governos estaduais, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista vencido e a vencer até 31 de dezembro.

Prazo — Na proposta dos governadores o prazo total será de 12 anos com cinco de carência, observando-se a correção monetária e juros de 8% anuais (capitalizados no período de carência). O restante será resgatado em 14 prestações semestrais. O governador Newton Cardoso salientou que os ministros Mafson da Nóbrega e João Batista de Abreu não demonstram sensibilidade para a questão.

Essa também é a opinião do governador de São Paulo, Orestes Quércia. Ao iniciar os debates com os governadores, Ulysses afirmou que o país corre “sérios riscos” que podem atingir a “governabilidade dos estados”. Na sua opinião, essa crise dos estados poderá atingir a União.

Não pode — De acordo com o documento que os governadores entregaram a Ulysses o governo federal não pode exigir que os estados paguem 25% dos seus compromissos externos, gerando receita de aproximadamente Cz\$ 2 trilhões. “Parte majoritária desses recursos seria proveniente das administrações dos estados e municípios, anulando, por consequência, qualquer possibilidade prática de redistribuição da receita tributária global em favor destes, como seria de se esperar de tão alardeada reforma tributária, aprovada no novo texto constitucional”, diz o documento.

A proposta dos governadores terá uma tramitação em regime de urgência, admitiu Ulysses Guimarães.

Para os governadores, a proposta do governo corresponde a uma “absurda situação”. E argumentaram que desejam “permitir o refinanciamento dos débitos existentes em condições compatíveis com as operações de longo prazo que lhes deram origem, da mesma forma como tem feito o país em suas negociações da dívida”.



Arraes (E) e Cardoso (D) tiveram apoio de Ulysses Guimarães